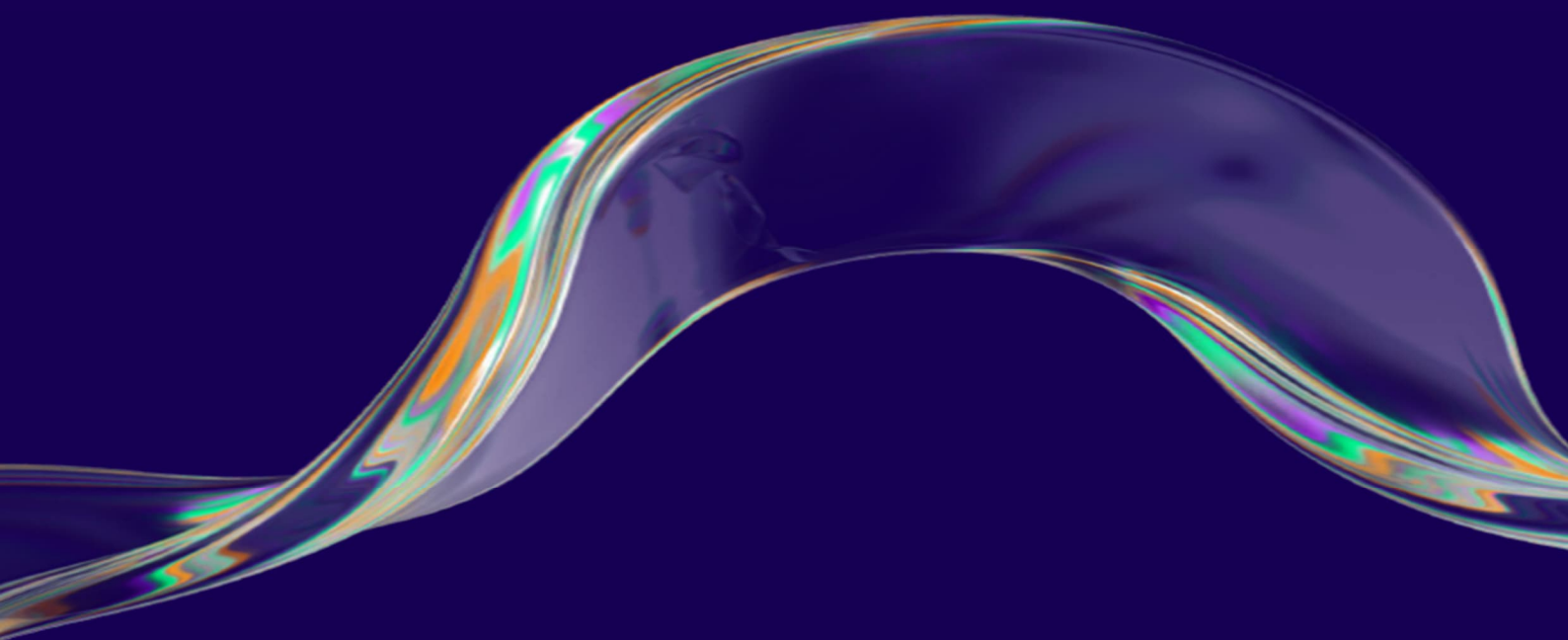


CESP Comercializadora de Energia S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2024 e relatório dos auditores
independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretores da
CESP Comercializadora de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da CESP Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CESP Comercializadora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, os quais emitiram relatório de auditoria sem ressalvas datado em 04 de março de 2024.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

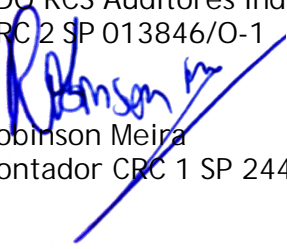


Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1


Robinson Meira
Contador CRC 1 SP 244496/O-5

Índice

Demonstração do resultado.....	6
Demonstração do resultado abrangente.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Balço patrimonial.....	9
Demonstração das mutaões do patrimônio líquido.....	10

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais.....	11
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis.....	11
3	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	13
4	Receita.....	13
5	Custos e despesas.....	14
6	Resultado financeiro líquido.....	14
7	Caixa e equivalentes de caixa	15
8	Contas a receber de clientes	15
9	Tributos a recuperar	16
10	Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	17
11	Depósitos judiciais	18
12	Fornecedores.....	18
13	Partes relacionadas.....	18
14	Patrimônio líquido	20
15	Instrumentos financeiros e gestão de risco.....	20

CESP Comercializadora de Energia S.A.
 Demonstração do resultado
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Receita líquida	4	781.887	441.306
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	5	(793.001)	(428.943)
Lucro (prejuízo) bruto		(11.114)	12.363
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	5	(2.580)	(2.963)
Outras despesas operacionais	5	(47)	-
		(2.627)	(2.963)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(13.741)	9.400
Resultado financeiro líquido	6		
Receitas financeiras		9.849	10.589
Despesas financeiras		(9)	(17)
		9.840	10.572
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.901)	19.972
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	10	-	(5.963)
Diferidos		1.318	(674)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(2.583)	13.335

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CESP Comercializadora de Energia S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.583)	13.335
Resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(2.583)	13.335

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CESP Comercializadora de Energia S.A.
 Demonstração dos fluxos de caixa
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.901)	19.972
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Amortização intangível	5	77	77
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	11	(44)	(23)
		(3.868)	20.026
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		(28.789)	73.304
Tributos a recuperar		(5.144)	5.330
Depósitos judiciais	11	-	(606)
Demais créditos e outros ativos		(2)	(5)
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores		46.900	(71.337)
Tributos a recolher		(1.054)	(15.224)
Obrigações estimadas e folha de pagamento		(754)	(16)
Demais obrigações e outros passivos		795	(11)
Caixa proveniente das operações		8.084	11.461
Imposto de renda e contribuição social pagos		(11.021)	(4.684)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(2.937)	6.777
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	1.1 (a)	(3.167)	(4.321)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(3.167)	(4.321)
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa			
		(6.104)	2.456
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		89.072	86.616
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		82.968	89.072

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CESP Comercializadora de Energia S.A.
 Balanço Patrimonial
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	82.968	89.072
Contas a receber de clientes	8	69.068	40.279
Tributos a recuperar	9	17.989	1.824
Outros ativos		20	18
		<u>170.045</u>	<u>131.193</u>
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	1.530	212
Depósitos Judiciais	11	673	629
		<u>2.203</u>	<u>841</u>
Intangível			
		187	264
		<u>187</u>	<u>264</u>
Total do ativo		<u><u>172.435</u></u>	<u><u>132.298</u></u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	12	84.047	37.147
Obrigações estimadas e folha de pagamento		700	897
Tributos a recolher		20	1.074
Dividendos a pagar	13	-	3.167
Outros passivos		260	22
		<u>85.027</u>	<u>42.307</u>
Total do passivo		<u><u>85.027</u></u>	<u><u>42.307</u></u>
Patrimônio líquido			
Capital social	14	62.158	62.158
Reservas de lucros		25.250	27.833
Total do patrimônio líquido		<u><u>87.408</u></u>	<u><u>89.991</u></u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>172.435</u></u>	<u><u>132.298</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CESP Comercializadora de Energia S.A.
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio Líquido
			Reserva legal	Lucros retidos		
Em 1º de janeiro de 2023		62.158	1.157	16.508	-	79.823
Lucro líquido exercício		-	-	-	13.335	13.335
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	13.335	13.335
Constituição de reserva legal		-	667	-	(667)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos		-	-	-	(3.167)	(3.167)
Retenção de lucro		-	-	9.501	(9.501)	-
Contribuições e distribuições aos acionistas		-	667	9.501	(13.335)	(3.167)
Em 31 de dezembro de 2023		62.158	1.824	26.009	-	89.991
Prejuízo do exercício		-	-	-	(2.583)	(2.583)
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	(2.583)	(2.583)
Destinação do resultado do exercício	14					
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	(2.583)	2.583	-
Em 31 de dezembro de 2024		62.158	1.824	23.426	-	87.408

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Considerações gerais

A CESP Comercializadora de Energia S.A. ("CESP Comercializadora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, constituída em maio de 2019.

A Companhia é controlada direta da CESP Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Controladora") e indireta da Auren Energia S.A. ("Auren").

A Companhia tem por objetivo a comercialização de energia elétrica, inclusive no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE ("CCEE"), a fim de promover uma gestão otimizada do balanço energético do portfólio de geração de energia elétrica da Auren.

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e ocorrem de acordo com as regras e procedimentos de comercialização da CCEE.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro 2023

(a) Dividendos pagos e deliberados

Em 26 de junho de 2024, a Companhia pagou dividendos para sua controladora CESP, no montante de R\$ 3.167, referente aos dividendos deliberados do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2024, o que inclui os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia aprovou a emissão das demonstrações financeiras em 10 de março de 2025.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$").

2.4 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis vigentes a partir de 2023

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas antecipadamente.

A Companhia ainda não concluiu a avaliação dos impactos dessas novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis.

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras / IFRS 18

Em 09 de abril de 2024, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) anunciou a nova norma, IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, mas as empresas podem aplicá-lo antes, sujeito à autorização dos reguladores relevantes. A Companhia optou por não adotar, antecipadamente, o referido normativo.

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras / IFRS 19

Em 09 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas).

O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, e as empresas podem aplicá-lo antes. A Companhia está avaliando a aplicação e a elegibilidade para as divulgações anuais.

Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo Internacional Sustainability Standards Board ("ISSB") - IFRS S1 e IFRS S2

Conforme publicação da Resolução 193, em 20 de outubro de 2023, a CVM prevê a divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade com base no padrão internacional ISSB - IFRS S1 e S2:

- (i) IFRS S1 (General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information) estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade;

- (ii) IFRS S2 (Climate-related Disclosures) tem foco nos riscos e oportunidades relacionados ao clima incorpora as recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (“TCFD”) e métricas derivadas dos padrões Sustainability Accounting Standards Board (“SASB”) referem-se as aberturas nas demonstrações financeiras sobre informações materiais relacionadas a riscos e oportunidades em temas climáticos e de sustentabilidade.

Pronunciamentos	Principais aspectos
IFRS S1	Quaisquer informações que possam razoavelmente afetar, no curto, médio ou longo prazos: i. Fluxos de caixa prospectivos; ii. Acesso a financiamento; iii. Custo de capital; iv. Investimentos ou desinvestimentos
IFRS S2	Devem ser divulgadas informações materiais (qualitativas + quantitativas) relacionadas a riscos e oportunidades climáticos, que atendam à necessidade de informação dos investidores i. Riscos Físicos e ii. Riscos de Transição

A resolução CVM 193/23 com alterações introduzidas pela resolução CVM 210/24 estabelece a adoção voluntária destes relatórios, para os exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Administração da controladora Auren realizou análise preliminar sobre essas normas e está coordenando uma avaliação interna sobre os seus impactos, bem como as adequações necessárias em seus processos visando a adoção e divulgação dos novos pronunciamentos. A obrigatoriedade da divulgação nos relatórios de sustentabilidade, está prevista para o exercício findo em 31 de dezembro de 2026, sendo obrigatória a divulgação em até 3 meses após o encerramento do exercício social.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
10	Imposto de renda e contribuição social diferidos

4 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados no ambiente livre de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (SIN).

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	2024		2023	
		MWh (*)	R\$ Mil	MWh (*)	R\$ Mil
Receita bruta					
Venda de energia					
Partes relacionadas	13	5.950.907	857.571	3.891.750	485.803
Energia de curto prazo - CCEE		-	4.012	-	-
		<u>5.950.907</u>	<u>861.583</u>	<u>3.891.750</u>	<u>485.803</u>
Deduções sobre a receita bruta					
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		-	(79.696)	-	(44.323)
ICMS sobre receitas operacionais		-	-	-	(174)
		-	<u>(79.696)</u>	-	<u>(44.497)</u>
Receita líquida		<u>5.950.907</u>	<u>781.887</u>	<u>3.891.750</u>	<u>441.306</u>

(*) MWh – Mega-watt-hora, não auditado.

5 Custos e despesas

	2024			2023	
	Custo com energia elétrica	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais	Total	Total
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas (Nota 13)	(790.200)	-	-	(790.200)	(425.901)
Energia comprada para revenda	(2.801)	-	-	(2.801)	(3.042)
Amortização de intangível	-	(77)	-	(77)	(77)
Pessoal	-	(2.271)	-	(2.271)	(2.399)
Pessoal	-	(2.271)	-	(2.271)	(2.399)
Serviços	-	(72)	-	(72)	(189)
Serviços de terceiros	-	(72)	-	(72)	(189)
Outros	-	(160)	(47)	(207)	(298)
Impostos, taxas e contribuições	-	(10)	(47)	(57)	-
Outras	-	(150)	-	(150)	(298)
	<u>(793.001)</u>	<u>(2.580)</u>	<u>(47)</u>	<u>(795.628)</u>	<u>(431.906)</u>

6 Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre equivalentes de caixa	10.283	10.951
Juros sobre ativos financeiros	-	130
Atualização de depósitos judiciais (Nota 11)	44	23
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro	(478)	(515)
	<u>9.849</u>	<u>10.589</u>
Despesas financeiras		
Imposto sobre operações financeiras - IOF	-	(13)
Despesas bancárias	(3)	(4)
Outras despesas financeiras	(6)	-
	<u>(9)</u>	<u>(17)</u>
	<u>9.840</u>	<u>10.572</u>

7 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

	2024	2023
Caixa		
Caixa e bancos	167	151
	<u>167</u>	<u>151</u>
Equivalentes de caixa		
Quotas de fundos de investimentos (i)	27.368	10.411
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs (ii)	55.433	78.510
	<u>82.801</u>	<u>88.921</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>82.968</u>	<u>89.072</u>

(i) As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Votorantim. São compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos, os quais apresentam taxa média de remuneração de 99,46% CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (99,66% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

(ii) Em 31 de dezembro de 2024, os CDBs possuem taxa média de remuneração entre 101,00% e 101,50% do CDI (102% e 102,50% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

7.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixa:

	Rating local	
	2024	2023
AAA	82.968	89.072
	<u>82.968</u>	<u>89.072</u>

Os ratings decorrentes de classificação local e global foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizados pelas agências.

8 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pela Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento de até 45 dias.

(a) Composição

	2024	2023
Contratos <i>wholesale</i>	-	176
Partes relacionadas (Nota 13)	69.068	38.678
Energia de curto prazo – CCEE	-	1.425
	<u>69.068</u>	<u>40.279</u>

(b) Vencimentos de contas a receber

	2024	2023
A vencer	69.068	40.279
	<u>69.068</u>	<u>40.279</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui saldos cujo recebimento seja considerado duvidoso, e dessa forma nenhuma provisão para perdas com tais recebíveis foi constituída.

9 Tributos a recuperar

Política contábil

Os tributos a recuperar são registrados quando existe um direito legal para a Companhia. Ativos contingentes com probabilidade de recuperação possível, que resultam de eventos passados, cuja existência somente será confirmada, ou não, pela ocorrência de eventos futuros incertos, não são registrados.

Os impostos a recuperar representam os direitos que serão realizados por meio de compensações com obrigações futuras provenientes das operações da Companhia. A Companhia revisa continuamente a capacidade de realização desses ativos e, quando necessário, provisões são constituídas para assegurar que esses ativos sejam contabilizados com base no seu valor realizável.

(a) Composição

	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social corrente	12.905	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.310	-
Imposto de renda retido na fonte	1.048	1.772
Programa de Integração Social - PIS	726	-
Créditos previdenciários	-	52
	<u>17.989</u>	<u>1.824</u>

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Política contábil

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Neste caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral, são apresentados em separado.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

10.1 Composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2024 sobre diferenças temporárias estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração, as quais são revisadas anualmente, e demonstram, de forma consistente, a realização dos respectivos saldos.

	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social		
Créditos tributários sobre diferenças temporárias		
Prejuízos fiscais e base negativa	1.346	-
PPR - Provisão de participação no Resultado	159	187
Outras provisões	25	25
	<u>1.530</u>	<u>212</u>
Total de ativo diferido	<u>1.530</u>	<u>212</u>

10.2 Realização estimada do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

Um julgamento significativo da Diretoria é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros, a estimativa de realização do tributo diferido ativo registrado sobre provisão de participação no resultado e outras provisões em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 1.530 é de um ano, ou seja, se realiza em 2025.

10.3 Feito do imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado do exercício e no resultado abrangente

	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.901)	19.972
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	1.326	(6.790)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Incentivo fiscal	-	235
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	(8)	(82)
	(8)	153
IRPJ e CSLL apurados	1.318	(6.637)
Correntes	-	(5.963)
Diferidos	1.318	(674)
IRPJ e CSLL no resultado	1.318	(6.637)
Taxa efetiva - %	33,79%	33,23%

11 Depósitos judiciais

Política contábil

Referem-se a garantias prestadas, vinculadas a processos judiciais, sendo apresentados pelo seu valor histórico acrescido de atualização monetária.

	2024	2023
	Tributárias	
	Total	Total
Saldo inicial do exercício	629	-
Adições	-	606
Atualizações (Nota 6)	44	23
Saldo final do exercício	673	629

12 Fornecedores

	2024	2023
Energia comprada para revenda	72	598
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas (Nota 13)	82.583	36.538
Fornecedores de materiais e serviços	1.392	1
Fornecedores de materiais e serviços - Partes relacionadas (Nota 13)	-	10
	84.047	37.147

13 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

CESP Comercializadora de Energia S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresas	Ativo		Passivo		Vendas		Resultado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Contas a receber de clientes - Vendas de energia e serviços (Nota 4)								
CESP Companhia Energética de São Paulo	-	-	-	-	-	8	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	67.563	38.678	-	-	856.066	485.472	-	-
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	813	-	-	-	813	323	-	-
Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	692	-	-	-	692	-	-	-
	<u>69.068</u>	<u>38.678</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>857.571</u>	<u>485.803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Fornecedores - compras de energia (Nota 12)								
CESP Companhia Energética de São Paulo	-	-	50.757	29.238	-	-	(565.884)	(316.396)
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	7.558	1.039	-	-	(100.440)	(13.406)
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	-	-	278	-	-	-	(252)	(161)
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	-	-	2.745	2.294	-	-	(24.914)	(36.347)
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	-	-	456	-	-	-	(414)	-
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	-	-	308	-	-	-	(280)	(47)
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	-	-	292	-	-	-	(265)	(139)
Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A.	-	-	404	-	-	-	(367)	(6)
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	-	-	295	-	-	-	(268)	(52)
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	-	-	832	1.431	-	-	(7.802)	(23.105)
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	-	-	216	-	-	-	(196)	(411)
Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	-	-	2.163	1.860	-	-	(19.627)	(30.199)
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	-	-	1.910	-	-	-	(18.899)	-
Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A.	-	-	29	27	-	-	(267)	(224)
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	-	-	169	154	-	-	(1.527)	(1.283)
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	-	-	47	43	-	-	(420)	(353)
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	-	-	273	249	-	-	(2.474)	(2.078)
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	-	-	223	203	-	-	(2.017)	(1.694)
Jaiba CE Energias Renováveis S.A.	-	-	1.949	-	-	-	(6.503)	-
Jaiba L1 Energias Renováveis S.A.	-	-	1.949	-	-	-	(6.503)	-
Jaiba NE2 Energias Renováveis S.A.	-	-	1.949	-	-	-	(6.145)	-
Jaiba NE3 Energias Renováveis S.A.	-	-	1.949	-	-	-	(5.248)	-
Jaiba NO2 Energias Renováveis S.A.	-	-	1.949	-	-	-	(6.503)	-
Jaiba SE2 Energias Renováveis S.A.	-	-	1.941	-	-	-	(6.482)	-
Jaiba SO Energias Renováveis S.A.	-	-	1.942	-	-	-	(6.503)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>82.583</u>	<u>36.538</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(790.200)</u>	<u>(425.901)</u>
Fornecedores - serviços (Nota 12)								
Votorantim S.A.	-	-	-	10	-	-	(8)	(7.292)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8)</u>	<u>(7.292)</u>
Dividendos a pagar								
CESP Companhia Energética de São Paulo	-	-	-	3.167	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.167</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>69.068</u>	<u>38.678</u>	<u>82.583</u>	<u>39.715</u>	<u>857.571</u>	<u>485.803</u>	<u>(790.208)</u>	<u>(433.193)</u>

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 62.158, composto por 62.157.504 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Conforme mencionado na Nota 1.1, o único acionista da Companhia é a CESP Companhia Energética de São Paulo.

14.2 Reserva de lucros

	2024	2023
Reserva legal (i)	1.824	1.824
Lucros retidos (ii)	23.426	26.009
	<u>25.250</u>	<u>27.833</u>

(i) A Reserva legal é constituída através da retenção de 5% do lucro do exercício social, até o limite de 20% do Capital social;

(ii) O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva.

14.3 Proposta de destinação do resultado

Conforme Estatuto Social da Companhia e a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), havendo lucro suficiente, é assegurado aos acionistas a distribuição de dividendo anual obrigatório correspondente a 25% do capital social. Adicionalmente, é possível, mediante decisão dos acionistas, a distribuição e o pagamento de dividendos intermediários em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerado o montante destinado para Reserva Legal.

14.3.1 Cálculo

	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.583)	13.335
Reserva legal - 5%	-	(667)
Saldo para distribuição dos dividendos	<u>(2.583)</u>	<u>12.668</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	-	(3.167)
(=) Saldo de lucros (prejuízo) acumulados	<u>(2.583)</u>	<u>9.501</u>
Compensação de prejuízos/ Retenção de (lucros)	2.583	(9.501)

15 Instrumentos financeiros e gestão de risco

15.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	2024	2023
Ativos			
Ao custo amortizado			
Contas a receber de clientes (Nota 8)	1	68.839	40.279
		<u>68.839</u>	<u>40.279</u>
Ao valor justo por meio do resultado (i)			
Equivalentes de caixa (Nota 7)	1	82.801	88.921
		<u>82.801</u>	<u>88.921</u>
		<u>151.640</u>	<u>129.200</u>
Passivos			
Ao custo amortizado			
Fornecedores (Nota 12)	1	84.047	37.147
		<u>84.047</u>	<u>37.147</u>

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

15.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez e (c) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia, segue a Política de Gestão de Riscos Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos corporativos, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores financeiros. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de uma das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 7.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	2024	2023
	Até 1 ano	Até 1 ano
Em 31 de dezembro		
Fornecedores	84.047	37.147
	84.047	37.147

(c) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros e dos preços de mercado e volume.

(i) Risco cambial

O risco cambial está associado à possibilidade de variação nas taxas de câmbio, o que afeta o resultado financeiro e os saldos indexados à moeda estrangeira. A proteção de risco cambial da Companhia busca atingir um baixo nível de exposição cambial em seus ativos e passivos e compromissos designados em moeda estrangeira, os quais são permanentemente monitorados.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais, os quais são emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa, o qual é permanentemente monitorado.

(iii) Risco de preço de mercado e volume

A Companhia está exposta a diferentes riscos atrelados diretamente à sua operação de comercializadora de energia, sendo um dos principais o risco caracterizado por variações no preço e quantidade de energia.

Para o controle e gestão dos riscos de mercado inerentes ao negócio, a Companhia estabelece limite de risco a fim de garantir que as perdas potenciais não se tornem prejuízos financeiros.

O monitoramento da exposição ao risco de mercado para a Companhia tem como objetivo informar as devidas alçadas para tomada de decisão e definição de planos de ação, caso necessário.

15.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2024 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2024, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2024;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade	Impactos no resultado						
				Cenário I		Cenários II & III				
				Choque nas curvas de 31/12/2024	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%	
Taxas de juros										
CDI 12,15%	Equivalentes de caixa	82.801	BRL mil	42 bps	1.246	(2.515)	(5.030)	2.515	5.030	